

reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro se espera do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, marcas, licenças de cursos, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo é superior ao valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.11 Fornecedores e compromissos a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são atribuídas à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido na despesa financeira. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL". **(b) PIS e COFINS:** Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI", incidem o Programa de Integração Social "PIS" e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS" nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS e alíquotas de 1,65% e 3,00%, respectivamente e dos devedores de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentadas as atividades de ensino superior, liquidações e contribuições para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS". **(c) PROUNI:** As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais: • Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988; • COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e • PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Em 12 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa SRF nº 1394, que regulamenta a Lei nº 11.096/05. A Instrução Normativa SRF nº 1394 introduziu disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, que passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014. **(d) IRPJ:** As receitas das atividades de ensino incidem o imposto sobre Serviços de Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia. **2.16 Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita:** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. **(a) Receita de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apurada nos meses em que os alunos são matriculados e dos devedores de educação. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os recebimentos antecipados de mensalidades são registrados como "Outros passivos" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços. A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa. A Companhia registra com desconto os encargos educacionais decorrentes de financiamentos garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC, de acordo com a Portaria Normativa nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. **(b) Receitas e despesas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrente pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos de juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados. **2.20 Informações por segmento:** Em função da concentração na atividade de ensino superior presencial, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **(a) Provisão para contingências:** A Companhia reconhece passivos contingenciais, tributários e trabalhistas. A avaliação da perda inclui a avaliação da provável ocorrência das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(b) Perda (impairment) do *ágio*:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) do *ágio*, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas externos e revisadas pela administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhado na nota 10(e). **(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios:** A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinar os valores justos dos ativos e passivos da combinação e também do *ágio* residual. As estimativas e metodologias utilizadas estão descritas na Nota 26). **(d) Provisão para devedores duvidosos:** A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda. **(e) Intangíveis de vida útil indefinida:** A Companhia possui intangíveis identificados, licenças e credenciamento de cursos e marcas, oriunda de combinações de negócios ou qual possuem vida útil indefinida. Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados o qual possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinadas ativos intangíveis é feita pela administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis. **(f) Arrendamentos mercantis:** A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades da Companhia, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada. **4 Gestão de risco financeiro:** **4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão do risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e trata o risco de crédito e os riscos e eventos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas. **(a) Risco de mercado:** **(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxa por fixada do certificado de depósitos interbancário (CDI). O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São avaliados cenários, levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado de forma centralizada. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito, o que estão dispostas a sujeitar o curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação - MEC definiu a portaria normativa nº 23 que modifica parcialmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC. Os impactos da alteração na legislação ocorrerão a partir de 2015 e foram avaliados pela Administração da Companhia. Os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados. A Companhia mantém registrado prazo para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade de crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição, análise de crédito (SPC e Serasa). A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 7 (e) que demonstra também a movimentação da provisão para devedores duvidosos no período. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas, atuam de acordo com sua política financeira, onde os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários encontram-se com instituições financeiras com risco de crédito mínimo BBB de acordo com as agências de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, bem como de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos futuros. Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	2014	2013	2014	2013
Menos de um ano	27.469	33.601	51.931	598
Entre um e dois anos	22.426	44.852	67.278	250.648
Entre dois e cinco anos	14.876	-	-	-
Acima de cinco anos	-	-	-	-
Consolidado	64.771	78.453	119.209	260.246

Em 31 de dezembro de 2014

Empréstimos e financiamentos	27.469	33.601	51.931	598
Arrendamento Mercantil	22.426	44.852	67.278	250.648
Compromissos a pagar	14.876	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2013

Empréstimos e financiamentos	19.302	26.970	80.055	6.183
Arrendamento Mercantil	12.188	44.852	67.278	295.320
Compromissos a pagar	14.600	5.097	-	-

Em 31 de dezembro de 2014

	Consolidado			
	2014	2013	2014	2013
Menos de um ano	30.883	36.741	58.975	956
Entre um e dois anos	33.346	66.692	100.038	393.795
Entre dois e cinco anos	52.820	12.952	0	0
Acima de cinco anos	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2013

Empréstimos e financiamentos	21.995	29.012	81.339	6.183
Arrendamento Mercantil	23.509	47.492	71.238	308.485
Compromissos a pagar	14.600	5.097	-	-

4.2 Gestão de Capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condições com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma líquida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2014	2013
Total de empréstimos e financiamentos bancários	107.937	107.836
Total de compromissos a pagar	65.972	19.697
Caixa e equivalentes de caixa	(73.248)	(217.260)
Títulos e valores mobiliários	(63.043)	(84.311)
Dívida líquida	37.016	(174.038)
Total do patrimônio líquido	626.652	451.366
Patrimônio líquido mais dívida líquida (capital total)	663.695	451.366
Índice de alavancagem financeira	6%	Não Aplicável

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, conta a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI são registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 04 de março de 2015 (12,75% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJLP com cada cenário.

	Cenário Elevação do CDI e TJLP			
	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
Operações	Risco	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	8,238%	10,297%	12,376%
		12,75%	15,94%	19,13%
		8,086%	10,107%	12,129%
Operações	Risco	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
		(11.367)	(14.208)	(17.050)
Finame	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
		(334)	(418)	(501)
Compromissos a pagar	CDI	12,75%	15,94%	19,13%
		(4.838)	(6.047)	(7.257)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
		(490)	(613)	(735)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
		(805)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(1.511)	(1.888)	(2.266)

	Cenário Queda do CDI e TJLP			
	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)
Operações	Risco	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações Financeiras	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	64.608	6.178	4.119
		12,75%	9,56%	6,38%
		8,086%	6,064%	4,044%
Operações	Risco	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Financiamentos - Capital de Giro	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
		(11.367)	(8.525)	(5.683)
Finame	TJLP	5,00%	3,75%	2,50%
		(6.683)	(251)	(167)
Compromissos a pagar	CDI	12,75%	9,56%	6,38%
		(37.944)	(3.628)	(2.419)
Compromissos a pagar	IGP-M	3,85%	4,81%	5,78%
		(12.731)	(16.13)	(20.8)
Compromissos a pagar	IPCA	8,05%	10,06%	12,08%
		(1.000)	(1.006)	(1.208)
Posição Líquida		(1.511)	(1.781)	(2.050)

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	2014	2013
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.796	9.015
Contas a receber de clientes	87.083	50.561
Partes relacionadas	7.478	6.358
	96.357	65.934

	2014	2013
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	37.225	206.116
Títulos e valores mobiliários	63.418	84.311
	100.643	290.427
	192.000	356.361

	2014	2013
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	100.144	102.582
Arrendamentos mercantis	150.522	152.986
Partes relacionadas	26.067	56.330
Fornecedores	10.599	9.067
Compromissos a pagar	17.828	19.697
	305.160	340.662
Valor Contábil	305.160	340.662

(b) Consolidado

	2014	2013
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	8.640	11.100
Contas a receber de clientes	205.494	96.117
Partes relacionadas	-	2.270
	214.134	109.487

	2014	2013
Mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	64.608	206.160
Títulos e valores mobiliários	63.418	84.311
	128.026	290.471
	342.160	399.958

	2014	2013
Outros passivos financeiros registrados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	107.937	107.836
Arrendamentos mercantis	221.347	161.222
Fornecedores	17.314	11.377
Compromissos a pagar	65.772	19.697
	412.370	300.132
Valor Contábil	412.370	300.132

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Numerários em caixa	225	86	1.275	723
Bancos - conta corrente	1.571	8.929	7.365	10.377
Aplicações financeiras	37.225	206.116	64.608	206.160
Caixa e equivalentes de caixa	39.021	215.131	73.248	217.260
Debêntures de Instituições financeiras	63.418	84.311	63.418	84.311
Títulos e Valores mobiliários	63.418	84.311	63.418	84.311
Total	102.439	299.442	136.666	301.571

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento não superior a 90 dias, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os recursos aplicados nas aplicações financeiras e debêntures estão da seguinte forma:

10 Intangível: (a) Controladora

	Licenças e Marcas e implantações de patentes						Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio	Total
	de software	de operação	Convênios	Carteira de alunos	Conteúdo Digital	Fundo de Comércio					
Em 31 de dezembro 2013											
Saldo inicial	320	1.947	342	318	359	154	-	-	-	-	3.440
Aquisições	211	3.357	1.590	591	-	-	-	-	-	-	5.749
Amortização	(1.017)	(393)	(213)	(331)	(86)	-	-	-	-	-	(2.040)
Saldo contábil, líquido	514	4.287	1.539	696	28	68	-	-	-	-	7.149
Em 31 de dezembro 2013											
Custo	531	7.337	2.500	1.398	828	172	-	-	-	-	12.766
Amortização acumulada	(3.050)	(961)	(702)	(800)	(104)	-	-	-	-	-	(5.617)
Saldo contábil, líquido	531	4.287	1.539	696	28	68	-	-	-	-	7.149
Em 31 de dezembro de 2014											
Saldo inicial	531	4.287	1.539	696	28	68	-	-	-	-	7.149
Aquisições	-	4.170	1.519	1.517	-	450	359	8.015	-	-	14.499
Amortização	(940)	(652)	(208)	(28)	(86)	-	-	-	-	-	(1.914)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005	-	432	359	13.250	-	-	20.781
Em 31 de dezembro de 2014											
Custo	531	11.507	4.019	2.915	828	622	359	20.781	-	-	27.025
Amortização acumulada	(3.990)	(1.613)	(910)	(828)	(190)	-	-	(7.531)	-	-	(7.531)
Saldo contábil, líquido	531	7.517	2.406	2.005	-	432	359	13.250	-	-	20.781
Saldo contábil, líquido											
Taxas anuais médias de amortização %	20	33	25	25	20	20	-	-	-	-	-

(b) Controladora

	Licenças e Marcas e implantações de patentes		Licenças de operação	Convênios	Carteira de alunos	Con- teúdo Digital	Fundo de Co- mércio	Goo- dwill	Intangíveis Identifi- cados em aquisições	Total
	de software	de operação								
Em 31 de dezembro 2013										
Saldo inicial	327	2.034	1.089	321	359	154	-	24.034	1.728	30.046
Aquisições	212	3.445	2.492	593	197	-	-	16.767	19.500	43.206
Aquisições oriundas das combinações de negócios	-	17	-	-	-	-	-	-	-	17
Amortização	(1.026)	(764)	(213)	(331)	(86)	-	-	-	-	(2.420)
Saldo contábil, líquido	539	4.470	2.817	701	225	68	-	40.801	21.228	70.849
Em 31 de dezembro 2013										
Custo	539	7.886	4.629	1.403	1.025	172	-	40.801	21.228	77.683
Amortização acumulada	(3.416)	(1.812)	(702)	(800)	(104)	-	-	-	-	(6.834)
Saldo contábil, líquido	539	4.470	2.817	701	225	68	-	40.801	21.228	70.849
Em 31 de dezembro de 2014										
Saldo inicial	539	4.470	2.817	701	225	68	-	40.801	21.228	70.849
Aquisições	34	4.284	3.788	1.558	-	451	359	92.840	70.000	173.314
Aquisições oriundas das combinações de negócios	-	136	-	-	-	-	-	-	-	136
Amortização	(980)	(1.182)	(208)	(28)	(86)	-	-	-	-	(2.484)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.641	91.228	241.815
Em 31 de dezembro de 2014										
Custo	573	16.225	8.417	2.961	1.025	623	359	133.741	91.128	255.652
Amortização acumulada	(8.915)	(2.994)	(910)	(828)	(190)	-	-	-	-	(13.837)
Saldo contábil, líquido	573	7.910	5.423	2.051	197	433	359	133.741	91.128	241.815
Saldo contábil, líquido										
Taxas anuais médias de amortização %	20	33	25	25	20	20	-	-	-	-

11 Imobilizado: (a) Composição do saldo – Controladora

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades e Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldo inicial	3.406	53.190	34.428	5.214	9.624	2.425	4.532	38.637	151.456	34.746	186.202
Aquisições	4.204	21.939	104.677	7.885	6.243	4.917	6.664	8.837	165.366	4.716	170.082
Incorporação da cisão das investidas	-	51.473	-	-	-	-	-	-	51.473	-	51.473
Cisão dos ativos da controladora	-	(62.954)	-	-	(8.568)	-	-	(43.677)	(115.199)	(23.256)	(138.455)
Depreciação	(1.109)	(2.638)	(4.755)	(1.325)	(937)	(544)	(1.111)	-	(12.419)	-	(21.491)
Saldo contábil, líquido	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Em 31 de dezembro 2013											
Custo	8.997	72.846	149.668	15.606	9.002	8.557	16.188	3.797	284.661	16.206	300.867
Depreciação acumulada	(2.496)	(11.836)	(15.318)	(3.832)	(2.640)	(1.759)	(6.103)	-	(43.984)	-	(63.881)
Saldo contábil, líquido	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Em 31 de dezembro de 2014											
Saldo inicial	6.501	61.010	134.350	11.774	6.362	6.798	10.085	3.797	240.677	16.206	256.883
Aquisições	6.574	37.886	-	7.578	25.721	3.597	5.684	-	87.040	31.395	118.435
Alienação	-	-	-	-	(5.638)	-	-	-	(5.638)	-	(5.638)
Reclassificação	-	24.392	-	-	-	-	-	-	24.392	(24.392)	-
Depreciação	(1.719)	(2.362)	(7.361)	(2.151)	(670)	(909)	(1.495)	-	(16.667)	-	(24.994)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Em 31 de dezembro de 2014											
Custo	15.571	135.124	149.668	23.184	26.145	12.154	21.872	3.797	387.515	23.209	410.724
Depreciação acumulada	(4.215)	(14.198)	(22.679)	(5.983)	(3.707)	(2.668)	(7.598)	-	(57.711)	-	(75.923)
Saldo contábil, líquido	11.356	120.926	126.989	17.201	25.775	9.486	14.274	3.797	329.804	23.209	353.013
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	6,9	10	20	-	-	-	-

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Computador	Edificações e benfeitorias	Propriedades e Arrendamentos Mercantis	Equipamentos e instalações	Veículos e Aeronaves	Móveis e utensílios	Livros	Terrenos	Total em operações	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldo inicial	5.061	92.113	41.532	11.052	9.706	5.092	7.948	38.643	211.147	55.907	267.054
Aquisições	7.408	35.556	104.677	13.816	6.243	6.971	8.885	8.831	192.387	7.811	200.198
Aquisições oriundas das combinações de negócios	199	1.197	-	764	112	693	954	40	3.959	-	3.959
Cisão dos ativos da controladora	-	(48.817)	-	-	(8.568)	-	-	(43.677)	(101.062)	(37.393)	(138.455)
Depreciação	(1.897)	(3.476)	(5.199)	(2.674)	(1.010)	(1.038)	(1.945)	-	(17.239)	-	(24.994)
Saldo contábil, líquido	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Em 31 de dezembro 2013											
Custo	15.670	90.754	158.471	31.191	9.527	15.524	27.072	3.837	352.056	26.325	378.381
Depreciação acumulada	(4.899)	(14.181)	(17.461)	(8.233)	(3.044)	(3.816)	(11.230)	-	(62.864)	-	(84.651)
Saldo contábil, líquido	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Em 31 de dezembro de 2014											
Saldo inicial	10.771	76.573	141.010	22.958	6.483	11.718	15.842	3.837	289.192	26.325	315.517
Aquisições	9.000	47.491	62.824	16.037	25.898	6.440	12.563	-	180.253	44.718	224.971
Alienação	-	-	-	-	(5.638)	-	-	-	(5.638)	-	(5.638)
Reclassificação	-	3.912	-	4.292	149	651	3.678	-	13.076	-	13.076
Depreciação	(2.844)	(3.151)	(7.804)	(3.811)	(694)	(1.450)	(2.385)	-	(22.139)	-	(31.527)
Saldo contábil, líquido	17.321	127.344	196.030	29.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Em 31 de dezembro de 2014											
Custo	35.276	194.688	221.331	63.625	27.250	27.658	52.385	3.837	626.050	24.527	650.577
Depreciação acumulada	(17.955)	(23.347)	(25.301)	(24.149)	(10.521)	(10.299)	(22.687)	-	(124.790)	-	(174.790)
Saldo contábil, líquido	17.321	127.344	196.030	29.476	26.198	17.359	29.698	3.837	501.260	24.527	525.787
Taxas anuais médias de depreciação %	20	4	4,3	10	7,5	10	20	-	-	-	-

(c) Outras informações: (c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis: A Companhia, e o Grupo, possuem contratos de aluguel, os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida de passivo.

Tipo	Prazo de amortização	2014		2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edifícios - Controladora	de 20 a 25 anos	149.868	(22.679)	126.989	134.350
Edifícios - Consolidado	de 20 a 25 anos	221.331	(25.301)	196.030	141.010

(c.ii) Garantia de bens: A Companhia possui contratos de empréstimos (leasing e finames) os quais alienam fiduciariamente os bens adquiridos. Os bens alienados referem-se a veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora possuía R\$ 23.444 alienados fiduciariamente (2013 - R\$ 19.754), e o Consolidado possuía R\$ 34.851 alienados fiduciariamente (2013 - R\$ 26.918). (c.iii) **Compra de imóveis:** A Companhia, durante o exercício, adquiriu um terreno no montante de R\$20.360, localizado na cidade de São Luis, estado do Maranhão, um edifício no montante de R\$5.185, localizado na cidade de Recife, estado de Pernambuco e um edifício no montante de R\$ 6.604, localizado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. **12 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores nacionais	10.561	9.020	17.227	11.257
Prestadores de serviços nacionais	38	47	87	120
	10.599	9.067	17.314	11.377

13 Compromissos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a pagar por aquisições de imóveis (a)	10.530	-	10.530	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos (b)	7.298	19.697	55.242	19.697
	17.828	19.697	65.772	19.697
(-)	(14.876)	(14.600)	(52.820)	(14.600)
Circulante	2.952	5.097	12.952	5.097
Não circulante	-	-	-	-

(a) Decorrente da aquisição de terreno localizado na cidade de São Luis, no estado do Maranhão, aquisição de imóvel localizado na cidade de Fortaleza e aquisição de imóvel na cidade de Recife, no qual serão desenvolvidas novas unidades de ensino. (b) Compromisso decorrente da aquisição das Unidades do Piauí, no montante de R\$ 3.379 (2013 - R\$ 16.898), que será liquidado durante um período de 1 ano, da aquisição da Faculdade Decisão (FADE) no montante de R\$1.717 (2013 - R\$ 2.799), da aquisição da Faculdade Anglo Líder no montante de R\$ 1.185, e da aquisição da Faculdade Santa Emília no montante de R\$ 1.017. Adicionalmente, no consolidado, o Grupo possui o compromisso a pagar da aquisição da Universidade da Amazônia e Faculdade Integradas do Tapajós, no montante de R\$ 47.944.

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Capital de Giro (1)				

tributação, contudo o Município do Recife entende que a receita é o valor do benefício fiscal concedido à IES em razão do PROUNI, desconsiderando a legislação, majorando indevidamente a base de cálculo do imposto. A classificação de risco de perda atribuída pelo assessores jurídicos externos é remota e o valor possível é de R\$ 305. (d) **Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios:** Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R\$ 3.249 reconhecido referente às exposições trabalhistas do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.-CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013. Dentre as principais ações provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R\$ 108.766 reconhecido referente às exposições trabalhistas da União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014. Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Ser Educacional pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Companhia. **25 Lucro básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	2014	2013
	213.864	116.320
	125.213	107.515
	1,71	1,08

Lucro atribuível aos acionistas da Controladora
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)
Lucro básico e diluído por ação - R\$

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não mantém ações em tesouraria. **26 Combinação de negócios: (a) Faculdade Anglo Líder:** Em 20 de janeiro de 2014, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Associação de Ensino Superior Anglo Líder Ltda., mantenedora da Faculdade Anglo Líder – FAL, localizada no município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco. A FAL possui mantenças registradas no município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, e cujo valor de aquisição foi de R\$2.100, pagos à vista. A FAL contém no seu portfólio 3 cursos de graduação e 350 alunos de graduação. Como resultado, espera-se que a Companhia aumente sua presença nesse mercado. A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da FAL e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Faculdade Anglo Líder - FAL
Total da contraprestação	2.100
Obrigações trabalhistas	(132)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(132)
Goodwill	2.232
	2.100

Como se trata de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração. A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 1.434 e R\$ 348. **b) FASE:** Em 21 de julho de 2014, conforme comunicado ao mercado divulgado em mesma data, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% (cem por cento) das quotas emitidas pela sociedade Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda., entidade mantenedora da instituição FASE - FACULDADE SANTA EMÍLIA, localizada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. O valor total da aquisição é de R\$9,7 milhões de reais. Este montante resulta do valor atribuído aos negócios (valor da firma), do qual serão deduzidos as dívidas líquidas e ainda um valor a ser retido como garantia a eventuais contingências por um prazo de 5 (cinco) anos. A instituição adquirida agrega cerca de 1.500 alunos à base do Grupo, 9 (nove) diferentes cursos, destacando-se os cursos de Bacharelado em Administração, Sistemas de Informação, Logística, dentre outros. A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da FASE e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Centro Educacional e Desportivo FASE Ltda
Total da contraprestação	4.719
Caixa e equivalentes de caixa	35
Clientes	1.552
Outros ativos	186
Partes relacionadas	1.121
Imobilizado	2.636
Intangível identificado - Marca	400
Intangível identificado - Licenças	2.700
Fornecedores	(406)
Empréstimos e financiamentos	(147)
Partes relacionadas	(1.438)
Obrigações trabalhistas	(3.266)
Obrigações tributárias	(1.246)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	2.127
Goodwill	2.522
	4.719

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias: **a) Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método “With or Without Method” (“WOWM”). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas. **b) Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o “Relief-from-Royalty Method”, foi utilizada para derivar o valor justo da Marca. Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações não significativas em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, contingências indenizatórias e provisão para contingências. A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 2.675 e R\$ 894. Em decorrência das possíveis alterações de saldos da avaliação preliminar, ainda não é possível considerar o resultado acumulado das combinações ocorridas durante o ano, considerando o início do exercício corrente. **c) Universidade da Amazônia e Faculdades Integradas do Tapajós:** Em 23 de dezembro de 2013, conforme fato relevante divulgada em mesma data, a Companhia celebrou memorando de entendimentos com o propósito de negociar, com exclusividade, a aquisição pela Companhia da totalidade das quotas representativas do capital social da: União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, mantenedora da UNAMA - UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, com sede em Belém-PA, e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES (“Sociedades”), mantenedor da FIT - Faculdades Integradas do Tapajós, com sede em Santarém-PA, sujeito à realização de auditoria e cumprimento de determinadas condições precedentes normais nesse tipo de aquisição cujo prazo de exclusividade continua em vigor. O valor total da aquisição das quotas é de aproximadamente R\$ 151.200. Em 02 de julho de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, efetuou um adiantamento para investimento no montante de R\$ 24.000 referente à aquisição da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia - UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno de Educação Superior - ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediada em Santarém-PA; e (b) os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas - AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA. Em 24 de outubro de 2014, O Grupo através da sua subsidiária, ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda, concluiu a aquisição, através da assinatura do termo de encerramento, da totalidade do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia - UNAMA, sediada em Belém-PA; e (ii) Instituto Santareno

de Educação Superior - ISES, mantenedor das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, sediada em Santarém-PA; e (b) recebeu os direitos de associado (i) na Associação de Educação Superior do Médio Amazonas - AESMA; e (ii) na Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA. Em 28 de outubro de 2014, O Grupo assumiu a gestão das empresas e dos direitos de associado adquiridos. A tabela, a seguir, resume a contraprestação, paga ou a pagar, para aos antigos proprietários da UNAMA e FIT e os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	União de Ensino Superior do Pará - UNESPA	Instituto Santareno de Educação Superior - ISES	Total
Contraprestação pela compra Ativos de indenização	175.120	13.389	188.509
Total da contraprestação	(108.562)	(204)	(108.766)
Caixa equivalentes de caixa	26.481	326	26.807
Contas a receber de clientes	14.556	1.662	16.218
Tributos a recuperar	231	-	231
Adiantamentos a fornecedores	30	33	63
Outras contas a receber	457	173	630
Créditos com pessoas ligadas	937	-	937
Contas a receber de clientes	377	-	377
Outros créditos a receber	365	-	365
Imobilizado	9.119	1.538	10.657
Intangível	445	-	445
Intangível Identificado - Marca	12.100	700	12.800
Intangível Identificado - Carteira de Clientes	800	-	800
Intangível Identificado - Licenças	45.600	7.600	53.200
Fornecedores	(112)	-	(112)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Salários, encargos e contribuições sociais	(10.759)	(1.557)	(12.316)
Tributos a recolher	(951)	(70)	(1.021)
Parcelamento de tributos	-	(2.013)	(2.013)
Outras contas a pagar	(590)	(75)	(665)
Empréstimos e financiamentos	(1.998)	-	(1.998)
Partes Relacionadas	(270)	(937)	(1.207)
Parcelamento de tributos	(44)	-	(44)
Contingências Indenizatórias	(108.562)	(204)	(108.766)
Provisão para contingências	(3.906)	-	(3.906)
Outros passivos	-	(79)	(79)
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(15.694)	7.097	(8.597)
Goodwill	82.252	6.088	88.340
	66.558	13.185	79.743

A estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, efetuada pela administração com suporte de seus consultores independentes, considerou as seguintes metodologias: **a) Carteira de clientes:** o valor justo de contas a receber de clientes foi apurado considerando o método do “Income Approach”; **b) Credenciamento e Licenças de Operação:** as Licenças de Operação estão associados com os Cursos Credenciados e Mantenças credenciadas. Estes são interdependentes e, portanto, satisfazem o critério de separabilidade sob o CPC 04 quando considerados em conjunto. A avaliação do intangível de Licenças de Operação foi feita através da metodologia de Abordagem de Renda e Método “With or Without Method” (“WOWM”). O princípio base do WOWM é avaliar os seguintes cenários: 1º Avaliação do fluxo de caixa de gerado com as licenças adquiridas; 2º Avaliação do fluxo de caixa gerado sem as licenças adquiridas. **c) Marcas:** A abordagem de Renda, mais especificamente o “Relief-from-Royalty Method”, foi utilizada para derivar o valor justo da Marca. Como trata-se de uma avaliação preliminar, os saldos ainda podem sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração, principalmente nos componentes de contas a receber, imobilizado, tributos a recolher, ativo de indenização e provisão para contingências. A demonstração do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui, desde a data de aquisição, receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 18.691 e R\$ 1.236 na Universidade de Amazônia e receitas e prejuízo nos montantes de R\$ 2.775 e R\$ 129 nas Faculdades Integradas do Tapajós. **27. Seguros:** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Importâncias seguradas
Ramos	US\$ 28.000
Incêndio de bens do imobilizado (Prédios/Conteúdos)	US\$ 5.800
Incêndio de bens do imobilizado (Caso aeronáutico)	R\$ 2.500
Responsabilidade civil de funcionários e terceiros	R\$ 485
Incêndio de bens do imobilizado (R.E.T.A aeronáutico)	100% Fipe
Incêndio/Terceiros/Casco de Veículo leve e pesados	R\$ 21.500
Responsabilidade civil dos administradores	

28 Eventos subsequentes: a) UNG: Em 12 de dezembro de 2014, conforme fato relevante divulgada em 15 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças por meio do qual sua subsidiária Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., acordou adquirir 100% do capital social da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda - APEP, mantenedora da UNIVERSIDADE GUARULHOS - Ung, sediada em Guarulhos-SP. O valor total da aquisição das quotas é de R\$ 199.081. Em 02 de fevereiro de 2015, O Grupo através da sua subsidiária, CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda, concluiu, no dia 30 de janeiro, a aquisição de 100% do capital social da Universidade Guarulhos - Ung, conforme termos e condições dispostos no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 12 de dezembro de 2014. Tendo sido concluídas as condições de implementação, incluindo a reorganização societária, a Ser Educacional, por meio da CENESUP (i) pagou, no dia 30 de janeiro, R\$63.741 e (ii) pagará R\$ 135.340, em cinco parcelas anuais corrigidas pelo IGP-M. O valor total da Aquisição é de R\$199.081. No que se refere, a aquisição do negócio “UNG” ocorreu no primeiro trimestre de 2015, a Companhia encontra-se no período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócio, o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição, onde o adquirente poderá ajustar os valores provisórios reconhecidos em fase de mensuração dos ativos identificáveis. **b) Programa de recompra de ações:** Em 12 de janeiro de 2015, foi aprovada a aquisição de até 3.752.237 (três milhões, setecentas e cinquenta e duas mil, duzentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de Emissão da Companhia, para manutenção, cancelamento em tesouraria ou recolocação no mercado, sem redução do capital social, dentro do prazo de 365 dias a partir de 12 de janeiro de 2015, com encerramento em 31 de janeiro de 2016, na forma de programa de recompra. Até 31 de março de 2015, foram adquiridas 149.300 ações no valor total de R\$ 6.213, registrados na reserva de capital. O custo mínimo, médio ponderado e máximo destas ações adquiridas no exercício, foram, respectivamente, R\$ 16,00 R\$ 17,79 e R\$ 18,26. **c) BENNETT:** Conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2015, a Companhia celebrou, nesta data, Contrato de Cessão Onerosa de Manutenção e Outras Avenças por meio do qual sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, acordou adquirir a Manutenção do Centro Universitário Bennet, licenciado no Rio de Janeiro - RJ. O valor total da cessão onerosa é de R\$ 10.000. O fechamento da operação e a efetiva cessão da Manutenção do Centro Universitário à UNESPA está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes incluindo a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a aprovação da cessão da Manutenção pelo MEC., a Ser Educacional, por meio da UNESPA (i) pagará, até 15 dias após a assinatura do contrato, R\$1.000 e, tendo sido concluídas as condições de cessão, (ii) pagará R\$ 9.000, no fechamento da operação. No que se refere, a aquisição do negócio “BENNETT” ocorreu no primeiro trimestre de 2015, a Companhia encontra-se no período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócio, o qual não poderá exceder a um ano da data de aquisição, onde o adquirente poderá ajustar os valores provisórios reconhecidos em fase de mensuração dos ativos identificáveis.

Jányo Janguê Bezerra Diniz - Diretor Presidente
Nazareno Habib Ouvidor Bichara - Diretor Financeiro
Gennsys Outsourcing Services S/S - Contador - CRC-GO-PE/S00987

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Ser Educacional S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ser Educacional S.A. e da Ser Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado:** Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 31 de março de 2015
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0